



Projeto de Resolução n.º 492/XV/1.^a

CUMPRIMENTO DO PROGRAMA DE INTERVENÇÃO DO EDIFICADO ESCOLAR

A 22 de julho de 2022, o Governo e a Associação Nacional de Municípios (ANMP) assinaram o acordo setorial de compromisso para a descentralização nos domínios da educação e da saúde, mediante o qual o Governo se comprometeu a realizar intervenções de recuperação, reabilitação e ampliação em 451 escolas, considerados estabelecimentos a necessitar de intervenção urgente, mediante um cronograma a apresentar e a acompanhar pela ANMP.

Entretanto, a 15 de novembro, a Ministra da Coesão Territorial afirmou que os avisos para o financiamento das intervenções nas escolas seriam abertos até ao final do ano de 2022, recorrendo a fundos do mecanismo extraordinário de antecipação do PT 2030.

Contudo, decorreram sete meses desde a assinatura do acordo e as autarquias locais constataam que o executivo ainda não foi capaz de definir sequer uma calendarização para as intervenções e remodelações que prometeu, tendo, não obstante, sido submetidas 18 candidaturas para a reabilitação de escolas prioritárias sem critério cronológico de intervenção previamente definido.

A Educação devia ser prioritária e mais uma vez o Governo falha na implementação. O discurso sobre a valorização da Escola Pública esbarra na realidade da desvalorização pelo Governo, inclusive no cumprimento de um elemento tão básico quando a intervenção em escolas com visível necessidade, a quem o Estado tem falhado na missão, dotação orçamental e prioridade, e agora, quando finalmente tinha prometido, é de novo incapaz de cumprir as promessas feitas.



Assim, tendo em consideração o acima exposto, ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal apresenta o seguinte Projeto de Resolução:

Resolução

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República delibera recomendar ao Governo que:

1. Divulgue expressamente qual o edificado que foi intervencionado ao abrigo do disposto no acordo setorial, e qual a situação.
2. Divulgue com urgência o cronograma de recuperação, reabilitação e ampliação de edifícios escolares, conforme consta da cláusula terceira do acordo setorial de compromisso para a descentralização nos domínios da educação e da saúde
3. Garanta a disponibilização de informação para acompanhamento do cumprimento da execução do plano.

Palácio de São Bento, 16 de fevereiro de 2023

Os Deputados da Iniciativa Liberal:

Carla Castro

João Cotrim Figueiredo

Bernardo Blanco

Carlos Guimarães Pinto

Joana Cordeiro

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha